

41º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada Número 7:
Comunicação Política e Eleições no Brasil

**FACEBOOK E GEOGRAFIA ELEITORAL:
UM ESTUDO DE INTERATIVIDADE EM MEIO AOS
DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Thomaz Moreira Arantes de Castro

41º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**FACEBOOK E GEOGRAFIA ELEITORAL:
UM ESTUDO DE INTERATIVIDADE EM MEIO AOS
DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Thomaz Moreira Arantes de Castro¹

¹ Mestre em Ciência Política pela UFMG. Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG e em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte.
E-mail: thomazdecastro@terra.com.br

RESUMO

Esse trabalho se propõe a estudar potenciais ligações entre a apropriação do Facebook por incumbentes legislativos em período de mandato com aspectos geográfico-eleitorais de suas bases. A análise aqui proposta se apoia num banco de dados montado entre 2012 e 2014, contando com dados de acesso de todos os 77 parlamentares estaduais de Minas Gerais em sua 17ª legislatura, que durou de 2010 a 2014; tal banco leva em conta as variáveis do tempo de uso e a interatividade de tais deputados para com os cidadãos. Paralelamente, esse trabalho também conta com o apoio de outro banco de dados, dessa vez alimentado por informações fornecidas pelo IBGE, pelo TSE e pela própria ALMG. Por sua vez, tais dados se tratam de valores relativos ao número de municípios em que cada legislador recebeu votos e de quantos votos cada um deles recebeu nessas localidades, com vistas a determinar os resultados individuais de cada caso nos índices de cálculo das variáveis dominância e dispersão geográficas que demarcam perfis de comportamento, segundo a literatura.

INTERNET E POLÍTICA

A representação é questão presente em variados debates na atualidade e muitos autores se envolveram com o tema de forma a explorar e sugerir possibilidades para o futuro da representação nas democracias. A relação entre representantes e representados é o desafio que põe para a atualidade, de acordo com Pereira (2012). Apoiando-se num conjunto de pesquisas de opinião, que deram conta de capturar alguns fatos sobre essa relação, o autor aponta quatro facetas diferentes dessa crise, que se tratam da

“(...) contínua diminuição da identificação entre eleitores e partidos políticos, da descrença por parte dos eleitores de que os processos eleitorais seriam o melhor meio para a manifestação de suas preferências, do progressivo domínio da arena política por técnicos, com a consequente exclusão dos cidadãos em função de uma suposta falta de conhecimento dos últimos sobre os processos decisórios e sobre os temas tratados, (...) e, por último, à queda na confiança dos cidadãos em relação aos políticos, às instituições e aos partidos (...)” (PEREIRA, 2012, pp:3)

Logo, a situação atual das relações de representação resulta no gradual insulamento da classe política em relação à sociedade, o que dá origem à apatia cívica, que serve de obstáculo aos

esforços de incentivo à participação popular nas decisões públicas.

Para além de eventualmente perseguir arranjos institucionais que possam trazer a reboque ganhos em representatividade, o que muitas vezes não se concretiza diante de processos decisórios lentos e procedimentos e ritos enrijecidos, a preocupação com a representação democrática encontrou, de acordo com alguns pontos de vista, a possibilidade das mudanças almejadas num certo ‘vetor de modernidade’. Pereira (2012) introduz a esse debate o desafio a ser enfrentado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no que toca os benefícios políticos que elas potencialmente oferecem à sociedade, que é a superação da crise da representação.

Por seus singulares espaços de comunicação e informação, as tecnologias baseadas na internet trazem consigo um potencial exclusivo de profusão de ‘vozes’ e disseminação de conteúdo, sendo virtualmente o meio de comunicação mais ‘democrático’, visto no sentido da possibilidade de qualquer cidadão usá-la para se expressar e partilhar conteúdo de forma livre, independentemente de constrangimentos de classe social, cor, sexo, etc. Outro lado desse mesmo aspecto do potencial democratizante da Internet tem a ver com a possibilidade de expansão das práticas de transparência e accountability, que de acordo com Fernando Filgueiras (2014), respectivamente faz reduzir o déficit informacional entre a sociedade e o Estado (pp:6) e serve de base para a constituição de governança democrática, fomentando o diálogo público e com isso promovendo debates sobre questões da coletividade (pp:5-6).

A internet e as TICs em geral traduzem um potencial de promoção da transparência política, entendidas por Filgueiras (2014) como parte da construção de uma ‘boa governança’, que se caracterize por exercícios de mandatos e gestões de natureza “(...) equitativa e inclusiva dos interesses da sociedade, tendo em vista um serviço público competente, caracterizado pela *accountability* e por um processo de decisão responsivo e transparente.” (FILGUEIRAS, 2014; pp: 4). Já em Pinho (2008) tais tecnologias são espaço apropriado onde “(...) os governos mostram sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitam a concentração e disponibilização de serviços e informações, o que facilita a realização de negócios e o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos.” (pp:473). Nesse ínterim, as plataformas sociais atuais compõem um conjunto de canais corriqueiros de diálogo e troca de informações entre a sociedade civil e a classe política.

A discussão do aspecto informativo é reforçada por Dominique Cardon (2012), que propõe um debate mais profundo sobre a natureza de tais tecnologias, entendidas por ele como espaços onde a informação pode ser produzida por qualquer usuário online, sem inferências e/ou constrangimentos dos ‘gatekeepers’ – pessoas e entidades que exercem controle sobre a informação que pode se tornar pública e a que deveria permanecer omissa; os gatekeepers são personificados, nos regimes democráticos, pelos partidos, pelos setores burocráticos e pela imprensa tradicional, sobretudo, que até então vinham dominando toda a informação pública e servindo de atalho cognitivo para o cidadão.

Outros estudiosos abrem o leque de possibilidades de uso da Internet em prol dos cidadãos. É o caso de Silva (2011), cuja contribuição para o debate é uma perspectiva de um Estado democrático de direito que inclua um conjunto de obrigações a exercer com a sociedade, tendo vistas a expandir o horizonte democrático pelos canais digitais. Silva (2011) aponta três efeitos a serem exigidos da presença do governo na internet: deve-se aumentar a transparência do Estado (princípio da publicidade), ampliar o diálogo com os cidadãos (responsividade) e fazer tolerar maior penetração da opinião pública na condução do governo (porosidade), pluralizando a governança (pp:125). Nas páginas oficiais, esse tripé deve servir como guia, uma vez que eles possam se prestar à construção de um ambiente político “(...) mais transparente, accountable, dialógico, legítimo, plural, suscetível às demandas do cidadão (...)” (pp:125).

Dialogando com Filgueiras (2014), Silva (2011) parece não só partilhar da noção de transparência como oferta de informações aos cidadãos e da accountability, mas também recomendar que o governo online não seja uma via de mão única mas sim “(...) um processo de comunicação política entre cidadãos e governantes, processo este em que eles constroem mutuamente propostas e criticam um ao outro, tendo em vista um processo de persuasão que busca pela melhor solução dos problemas coletivos.” (FILGUEIRAS, 2014; pp:2).

Tal como Pinho (2008), Silva (2011) compreende as redes sociais como frutos de um esforço de fazer expandir a comunicação e a distribuição de informação em meio à sociedade, e na perspectiva de linguagem e política, o autor vaticina por mudanças institucionais de caráter inclusivo no campo da participação para que as TICs proporcionem maior circulação de informação com vistas à transparência, à pluralidade e o diálogo, potencialmente causando uma “revolução” na própria noção de Estado democrático de direito, uma vez que o âmbito da

comunicação política seja aperfeiçoado de forma a garantir participação que ponha a sociedade mais ativa quanto ao desempenho do governo.

Em Silva (2011), a sugestão de que a crise da representação possa ser combatida com uma multiplicidade de formas de uso político da Internet emerge. Pode-se induzir à maior transparência, caso o cidadão perceba na web a oportunidade de exigir que a classe política preste publicamente satisfações que ela naturalmente deve ao eleitorado, prestando contas das atividades políticas e dos resultados públicos; ao lado disso, esse autor também apela em favor da aproximação da opinião pública com as atividades do governo. Tal anseio provavelmente demandaria uma iniciativa maior dos representantes em buscar os cidadãos para encontrar neles avaliações, opiniões, aspirações, críticas e sugestões que a sociedade possa apresentar a seus mandatários e com isso auxiliá-los numa condução mais eficiente e eficaz da política.

Estudando as ações comportamentos dos movimentos sociais na internet, Pereira (2011) discute o papel fundamental da circulação livre da informação pública aos indivíduos, com o intuito de fazer valer a governança participativa e pluralista e de gerar capacidade da sociedade civil de “(...) reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, (...)” (pp:5), fazendo da política um debate de alto nível de informações capaz de reduzir a crise do abismo entre representantes e representados.

Nessa linha de pensamento, informação é a um só tempo recurso e fator de vantagem, podendo inclusive determinar relações de poder numa sociedade democrática, de acordo com o critério de sua dotação; porém, a vantagem da web é justamente a facilidade de aquisição de conexão junto aos provedores; além, possibilidades portáteis como os smartphones só fizeram facilitar o consumo desses serviços, democráticos quanto ao acesso. Por essa perspectiva, as TICs podem estender a distribuição de informações a quem antes não podia acessá-la, o que em alguma medida pode contribuir para alguma relativa democratização de acesso ao conteúdo informativo, ao assumir o papel de oferecer a baixo custo a informação ao cidadão (MARGETTS,2013), que potencialmente passa a ampliar sua cognição sobre política numa velocidade e num dinamismo peculiares à Internet.

Para esse autor, a sofisticação do uso da informação é um fator igualmente basilar para um governo mais participativo, e o “(...) reconhecimento de que sua ampliação poderia levar a um

nível mais elevado de conhecimento por parte dos cidadãos (...)” (PEREIRA, 2011, pp:6) parece servir muito bem de apelo para o combate à pobreza informacional, ainda que para o bastante específico fim de ampliar a governança pelos canais digitais. Obviamente as TICs não são capazes de sozinhas garantir incrementos cognitivos e intelectuais para os usuários no campo da política, outros fatores individuais como, idade escolaridade, poder aquisitivo e classe social parecem inferir no tipo de uso que cada cidadão – ou mesmo cada representante – faz da web.

Já para Ana Júlia Possamai (2014) é importante contemplar o outro lado da questão, aquele que toca a adesão governamental às TICs. Nesse caso, há sempre que se levar em conta que a inserção de tecnologias por parte do governo não vai de encontro somente a efeitos da dependência de trajetória, aos entraves internos e às barreiras institucionais e políticas a tais avanços, mas também a um processo de rearranjo das instituições no sentido de se adaptarem a tais novidades, fazendo requerer novas regras e novas habilidades por parte dos líderes políticos e seus assessores – o que aproxima a perspectiva governamental da preocupação com os aspectos cognitivos encontrados no pensamento de Pereira (2011).

Em Pereira (2011) pode-se encontrar, entretanto, uma condição que deve ser satisfeita para que o projeto de expansão da informação como gatilho para maior participação e consequente solução da crise da representação seja exitoso, revelando uma faceta menos otimista. Os problemas de pobreza e desigualdade podem gerar dificuldades no que tocam o uso da internet, menos porque a conexão à internet é um serviço pago, e mais porque educação e instrução, necessárias ao uso cidadão das TICs, são caras e oferecidas com baixa qualidade aos indivíduos de menor poder aquisitivo. Logo se vê que, sozinho, o acesso à internet parece incapaz de mobilizar toda a sociedade, dado que um preparo pessoal intelectual básico é necessário para que seja formado o cidadão capaz de usar a web para o bem público.

Fishkin (2001; apud BRAGA, 2011) descreve, num tom bastante otimista, algumas das aspirações acerca da relação entre a Internet e o parlamento, e essas têm a ver com a transformação dos papéis na lógica da representação conhecida atualmente, que passaria a comportar possibilidades democráticas deliberativas, participativas e mesmo diretas, sem a pretensão de acabar com o sistema representativo historicamente consolidado. Nesse caso, a sugestão desse último tipo seria de que as TICs possam criar mais momentos de decisão que os cidadãos possam se manifestar diretamente, sendo uma versão mais radical das outras duas.

Porém, Sérgio Braga (2011) mostra, através de um estudo empírico que na prática as TICs podem não ser usadas para alterar as características poliárquicas da representação contemporânea. Logo, Braga (2011) diz que as TICs podem ser apropriadas com intuito de

“(…) dinamizar as instituições mais tradicionais das poliarquias, tais como a participação e a competição no processo de escolha de elites políticas alternativas – e não para criar um novo ‘modelo de democracia’(…)” (BRAGA, 2011, pp:62)

Por fim, é visível que o âmbito político da Internet é inerentemente controverso, sendo ao mesmo tempo potencial de transformações e imbróglis a serem superados. A seguir, é apresentada a literatura pertinente aos legislativos e à geografia eleitoral, o outro eixo que esse trabalho abriga.

LEGISLATIVOS E GEOGRAFIA ELEITORAL

Dentro do sistema político brasileiro, as prerrogativas do poder legislativo extrapolam o princípio da representação, agregando a este as funções de fiscalizar o poder Executivo de mesmo nível e de avaliar políticas públicas, de acordo com Anastasia e Inácio (2010). Segundo essas autoras, nos arranjos institucionais legislativos brasileiros o desafio está em gerar accountability, considerando-se que, além de servir de freio e contrapeso ao Executivo, entraves ligados à separação de poderes e federalismo devem ser contornados (pp:35).

Para se produzir accountability, ao lado de representatividade e estabilidade política, segundo as autoras alguns instrumentos se fazem necessários, como deliberação, participação e representação enquanto atividade do parlamentar (pp:35). Ou seja, se oferece aqui a compreensão de que, para as casas legislativas funcionarem adequadamente em prol da democracia, aqui entendida como “(...) conjunto de interações entre atores portadores de interesses e capacidades, sob determinadas regras” (ANASTASIA & INÁCIO, 2010, pp:34-35), estas instituições de representação devem se aproximar ao máximo do cidadão, o defendendo e trazendo os interesses dele para a arena decisória.

Porém, se em Anastasia e Inácio (2010) a leitura é a de que de forma geral as casas legislativas brasileiras não oferecem resistência suficiente à capacidade do Executivo de aprovar sua

agenda, em Abrúcio (1998) o panorama para o nível estadual seria distinto, nesse aspecto, ao do que se observar no nível federal. Segundo ele,

“Ao contrário do âmbito federal, onde há instâncias geográficas (regionais ou estaduais) contrabalançadoras do poder do Executivo Federal, nos estados não existem estruturas político-administrativas intermediárias que equilibrem e agreguem os diversos interesses locais extremamente fragmentados e pulverizados ao longo do espaço estadual.” (ABRÚCIO, 1988, pp:136)

Fica entendido, então, que a composição do sistema político estadual é especialmente fraca para garantir que a assembleia forneça a devida resistência ao governo, que por sua vez consegue assegurar a aprovação de sua agenda sem dificuldades. Em Abrúcio (2010), a disparidade entre esses dois poderes é tão grande que, segundo o autor, o Executivo estadual alicerça toda a política regional, com a ação política sendo organizada e baseada nos partidos; já estes são fracos diante do governo do Estado, e é normal que políticos mudem de partido acompanhando mudanças no Executivo estadual (pp:124). O governo estadual, junto aos ‘caciques partidários’ desse mesmo estado, é que organiza os cabos eleitorais e os intermediários locais (*Idem*), processo que não inclui os parlamentares das assembleias.

Seguindo essa linha, permanece válida a ideia de Lima Júnior (1983) de que há especificidades de comportamento nos estados, considerando-se também a existência de subsistemas partidários para o nível estadual (pp:971), o que interfere na composição de alianças e coalizões que podem não refletir as dinâmicas de outros estados e nem mesmo a do nível federal. Conclui-se também que ocorre nos diferentes estados, uma variação de padrões de competição eleitoral – isso é, fora do contexto de mandato, levando em conta variáveis de voto, partidos e ideologia (pp:968-969). É percebido também que o paroquialismo é mais alto diante dos cenários de maior competição eleitoral, verificando-se o contrário quando se associa a alta competição legislativa e o particularismo dos parlamentares.

Além, os achados também associam positivamente os partidos de direita e o comportamento paroquial (pp:981-982) e o mesmo se dá no caso de apoiadores consistentes tipicamente regionais, como prefeitos e vereadores, que igualmente têm associação positiva com o particularismo dos candidatos a deputado (pp:983). Entretanto, não há associação forte entre o comportamento paroquial e os apoiadores consistentes que se baseiam principalmente em

grupos, como sindicatos, empresários, religiosos, etc. (*Idem*).

Já em Barry Ames (2003) o sistema eleitoral brasileiro é entendido como problemático, favorável à accountability ineficiente, dado o paroquialismo generalizado, e sendo permissivo em excesso com regras de coligações entre parlamentares e recomposição de alianças (pp:61), que se formariam unicamente para forçar o Executivo a conceder emendas a eles ou suas bases. Em Ames (2003), a ‘democracia delegativa’ é generalizada e os deputados não cooperariam por outra razão que não o benefício pessoal ou paroquial, sendo indiferentes às demandas por políticas de caráter difuso, indo de encontro a Anastasia et al (2010), que consideram o particularismo como apenas mais uma de várias formas de ação dos legisladores.

Seguindo o panorama do trabalho de Ames (2003), é neste momento que entra em cena a busca da dominância política regional, a disputa por maiores fatias do eleitorado de um dado município ou região de forma a se constituir justamente um reduto de um mandatário, que poderá manter bem definido sua própria expressão paroquial. E é nessa discussão sobre o particularismo parlamentar que são apresentadas as duas variáveis basilares para a constituição do modelo desse autor, que por sua vez é fundamental a essa pesquisa.

Além do aspecto da dominância, que descreve o tamanho da base eleitoral de um candidato dentro de um município e que revela justamente aqueles mais competitivos, Ames (2003) apresenta também o aspecto da dispersão geográfica das bases eleitorais de cada um, denotando assim o número de regiões que, somadas, compõem o montante total de votos recebidos por cada incumbente.

O modelo taxonômico de Barry Ames (2003) é simples, todavia dando margem à discussão de ampla gama de variáveis de natureza distinta à da geografia eleitoral, mas influenciadas por ela. Ainda que se tenha criado uma tipologia que sugere variações de comportamento parlamentar, em sua análise Ames adota uma abordagem generalista, caracterizada por particularismos paroquiais, postulando que os representantes se focam apenas em conseguir recursos e benefícios para as regiões onde se concentra a maior parte de seu eleitorado (pp:108), mas nesse caso dando destaque àqueles deputados de maior dominância nas regiões onde recebeu a maior parte de seus votos. Portanto, dificilmente os deputados focarão seus recursos para regiões onde recebem poucos votos, a não ser que o deputado em questão tenha baixa dominância em seus

principais municípios (pp:114-115), tenha eleitores pulverizados geograficamente e/ou seja eleito com bandeiras nem tão localistas, como os de bancada religiosa ou ruralista.

Seguindo Ames nas discussões sobre geografia eleitoral e comportamento parlamentar, Nelson Rojas de Carvalho (2003) se apoia e elogia o modelo que cruza dispersão e dominância em quatro variantes daquele autor, mas critica a premissa de que todo o comportamento parlamentar se volta exclusivamente para as bases eleitorais dos parlamentares, no fenômeno carregado de localismos, regionalismos e particularismos conhecido como ‘pork barrel’ – busca de recursos do nível superior de governo para empenho nos municípios (pp:59).

A principal contribuição de Carvalho (2003) para uma ‘atualização’ da análise de Ames (2003), no entanto, é a busca por correlacionar os diversos níveis de competitividade nos municípios com variáveis de natureza socioeconômica como urbanização, alfabetização e renda per capita, de forma a se descrever os mercados políticos municipais a partir desses dados (pp:71), conservando o foco que Barry Ames mantém sobre os parlamentares enquanto indivíduos e se debruçando sobre as características do eleitorado a descrever a especificidade de cada município ou região.

Carvalho (2003), por fim, trabalha com a diferenciação de cenários de competição eleitoral dentro dos municípios, no caso para a Câmara, entre as eleições de 1994 e 1998, e para tal utiliza o Índice de Rae, que calcula o número de candidatos efetivos. Valores baixos em tal índice sugerem concentração de votos em poucos candidatos no município, trazendo à tona os casos de candidatos dominantes; por conseguinte, um índice elevado ilustra cenários de elevada competitividade e baixa dominância

Dada a simplicidade e funcionalidade de sua tipologia, derivada do cruzamento da dispersão com a dominância eleitorais, para esse trabalho a utilização da taxonomia de Barry Ames (2003) se faz suficiente, sem perder de vista outras variáveis, presentes em Anastasia et al (2010) e Carvalho, de cunho institucional, pessoal e intrínsecas às bases eleitorais. Porém, para operacionalizar os cálculos da parte analítica desse trabalho, Carvalho (2003) oferece fórmulas que parecem capturar melhor as variáveis da dominância e da dispersão.

DADOS E METODOLOGIA

Entre os principais dados a serem utilizados nesse esforço analítico estão alguns no projeto “Interações digitais entre o sistema político e a sociedade civil – Um estudo comparativo entre os parlamentares da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”, coordenado pelo professor Marcus Abílio Pereira, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

As análises aqui procedidas se apoiam nas variáveis de presença e na etapa de cálculo relativo ao Facebook no Índice de Interatividade criado por tais autores, que haviam trabalhado com um conjunto maior de TICs. Portanto, para essa pesquisa, adotou-se para o cálculo de interatividade geral do Facebook em cada caso as medidas de ‘anos de uso de perfil’ somadas às de ‘interatividade via página’ (que é igual ao número de curtidas dividido pelos anos de uso de página). Não havia à época como quantificar mais dados a respeito dos perfis.

Pode-se encaixar aqui a observação de que os valores resultantes dos índices presentes nessa pesquisa e em Pereira & Sátyro (2014) ainda são medidas rudimentares para comparação de uso de Facebook e mesmo outras redes sociais; entretanto, são eficazes para identificar e até mesmo classificar os casos por graus de interatividade encontrados, fornecendo panoramas capazes de apontar os que são mais interativos dos que são menos, ainda que os valores registrados possam atingir distorções e discrepâncias com alguma facilidade.

Todavia, o trabalho possui um segundo eixo que demanda outros dados para que possa fomentar a própria análise. Junto ao site da ALMG foi encontrado material que relaciona os municípios em que cada um dos parlamentares recebeu votos, elencando também a quantidade total de votos recebida pelo deputado quando candidato, a votação recebida em cada município por cada parlamentar, o tamanho de cada eleitorado municipal e mesmo a porcentagem que a votação de cada um em cada município representa para o total de eleitores da localidade.

Com dados facilmente acessíveis pelos sites institucionais da ALMG e do TSE, as variáveis baseadas nos modelos e fórmulas de Ames (2003) e Carvalho (2003) podem ser construídas. Porém, sozinhas essas variáveis não permitem capturar o cenário geográfico das bases eleitorais como um todo. Com apoio de dados do Censo do IBGE (2010), será possível analisar uma

característica geográfica não necessariamente eleitoral ao lado de variáveis das TICs. Embora seja possível que num primeiro momento tais dados pareçam um tanto deslocados da linha de discussão promovida por essa investigação, o fato é que na prática eles expandem o horizonte do debate intrínseco a esse trabalho, oportunamente servindo de complemento analítico dos achados que unem internet e política, de um lado, e geografia eleitoral, de outro.

A exemplo do texto de Pereira e Sátyro (2014), as análises propostas por esse texto são fundamentalmente descritivas e levam em consideração variáveis bastante diversas, e tal como mencionado anteriormente, elas se referirão basicamente apenas às variáveis ligadas ao Facebook e à geografia eleitoral dos 77 deputados em estudo.

O esforço descritivo das tabelas e variáveis, contudo, é orientado para a resposta de algumas perguntas, sendo esta a principal: como as características da base eleitoral de um deputado estadual podem ajudar na compreensão da apropriação que este faz do Facebook durante seu mandato? Obviamente que esta pode ser desdobrada em outras, que por sua vez orientem os variados testes que esse trabalho apresentará.

Uma avaliação com esse escopo se justifica por ser útil para que, em meio às plurais características culturais e socioeconômicas que marcam o povo mineiro, seja revelado como a política é conduzida no que toca à interatividade e capacidade dialógica entre representados e representantes no nível do estado, em tempos de acelerado trânsito de informações propiciado pelas tecnologias de comunicação recentes.

Seguindo com bastante fidelidade a fórmula do índice de concentração de Carvalho (2003), procedeu-se com o seguinte cálculo: num primeiro passo se divide cada valor de votação recebida em cada município em que o parlamentar registra votos, e então se divide pela votação total recebida por ele. Em seguida é calculado o quadrado do valor obtido em cada município; então somam-se os quadrados, e o valor restante é colocado no Índice de Rae, onde é subtraído de 1. Por fim, o valor que dali resulta é colocado como denominador de 1, para que se calcule o Rae invertido, que representa o valor da concentração.

De acordo com Carvalho (2003), haveria quatro categorias derivadas dessa conta algébrica: os de ‘concentração alta’ teriam seus valores entre 1,0 e 4,0 e os de ‘concentração média’ possuem

tal valor entre 4,0 e 7,0. Já entre os dispersos, o tipo ‘médio’ está entre 7,0 e 11,0 enquanto o tipo ‘alto’ apresenta um número superior a 11 (pp:96-97). De acordo com Arcas (2013, pp:29), a fórmula pode ser assim descrita de forma sucinta:

$$1 \div \sum p^2, \text{ onde } p \text{ é a proporção de votos obtidos pelo deputado em cada município.}$$

Dentre os 77 parlamentares em estudo, 24 se descrevem pela alta-concentração e 11 deles por baixa; além, 7 se enquadram na categoria da baixa dispersão e 35 estão em dispersão elevada. Para os propósitos desse trabalho, porém, basta descrever apenas duas variações de dispersão, e não quatro. Portanto, assumiu-se que o ponto de corte a ser adotado seria o valor de 7,0; aquele que pelos critérios do autor separa os casos que levam o nome de ‘concentrados’ daqueles chamados ‘dispersos’, e assim estabeleceu-se que em meio aos casos estudados, 35 deles pertencem ao tipo concentrado, enquanto 42 são do tipo disperso.

Quanto à dominância, a fórmula pode ser assim apresentada, segundo Arcas (*Idem*):

$$\sum_{i=1}^{n=15} (v_i/p_i) \times (v_i/V)$$

$i = 1, 2, 3, 4...15$, os 15 municípios onde o deputado obteve mais votos;

v_i = número de votos recebidos pelo deputado no município;

p_i = número total de votos válidos para deputado estadual no município;

V = total de votos recebidos pelo deputado em todo o estado.

Segundo o esquema de cálculo, as variáveis de interesse são o número de votos recebidos pelos deputados em cada município, o número de votos válidos totais para o município, o total de votos do legislador no estado, e por fim um conjunto definido de municípios responsáveis pela maior parte dos votos do deputado. De fato, essa fórmula trabalha apenas com os 15 municípios mais importantes para cada parlamentar, assumindo que eles representam de fato a totalidade dos municípios onde o deputado obteve votos. Isso se dá porque segundo Carvalho (2003), pelo menos em seu estudo, os mandatários obtiveram aproximadamente “(...) 85% de seus votos oriundos dessas 15 primeiras cidades (...)”, o que as configura como “(...) ponto de corte suficiente para se captar a variação no grau de dominância (...)” (pp:100).

Tal como o Índice de Dispersão, o relativo à dominância também é originalmente definido em

quatro tipos através dos números encontrados pelos deputados, refletindo maior ou menor dominância nas bases eleitorais. Nessa proposta, seu cálculo segue Carvalho (2003), que estabelece os tipos “(...) a partir do valor médio de dominância da legislatura, e da divisão da amostra segundo o valor do desvio-padrão” (pp:100). Logo, os casos do tipo compartilhado alto obtiveram valores entre 0 e 0,039; já os compartilhados médios estão entre 0,040 e 0,139. Entre os dominantes médios, o intervalo é 0,140 e 0,241; e finalmente, os caracterizados por dominância alta obtém valores acima de 0,241.

Os números de casos encontrados para cada uma dessas categorias foram respectivamente de 12 alto-compartilhamentos e 30 médios, e de 23 dominantes-médios e 12 dominâncias elevadas. Contudo, a exemplo do que se adotou com os valores e tipos ligados à dispersão, as categorias que descrevem a dominância também foram aglutinadas para a construção dos tipos taxonômicos que cruzem dominância e dispersão, centrais a esse trabalho. É suficiente separar os dominantes daqueles que compartilham votos, de forma que se resuma a essas duas categorias aquilo que se descreve em quatro variações dentro do modelo de análise discutido em Carvalho (2003). Logo, aglutinando-se altos e médios compartilhamentos, de um lado, com os análogos dos dominantes, do outro, pode-se perceber a ocorrência de 42 casos do tipo compartilhado e 35 casos de dominância.

Ao lado de dados previamente coletados sobre perfis e páginas de Facebook dos parlamentares e de características geográficas dos municípios, as fórmulas descritas nessa seção são ‘motores’ da análise que permitiram conclusões sobre como os deputados estaduais de Minas Gerais se relacionam digitalmente com seu eleitorado.

ANÁLISE DE DADOS: FACEBOOK E ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE VOTO

Nas discussões anteriores, foram apresentadas não só a metodologia de pesquisa e análise de dados desse trabalho, como também foram descritas as fórmulas das variáveis criadas especificamente para o contexto de tal análise.

Vale lembrar que a proposta aqui é de se obter, através de panoramas descritivos, percepções sobre a possível conexão entre as características geográfico-eleitorais dos parlamentares

mineiros e as escolhas que eles quanto ao uso do Facebook. Portanto, as análises se darão sobre as categorias encontradas em Ames (2003) e Carvalho (2003), recaindo sobre as categorias de dispersão (dispersos e concentrados) e de dominância (os dominantes, de um lado, e os que compartilham votos, de outro).

Mesmo que em princípio o esforço seja descritivo e breve, há espaço para hipóteses serem testadas através de uma análise não muito profunda dos dados. A principal ferramenta metodológica para tal será um simples teste de comparação de médias, envolvendo todos os 77 casos de cada categoria envolvida nas análises propostas.

Inicialmente, uma vez que o foco desse trabalho está na descrição dos dados, é interessante que todo o esforço de análise abarque com um alguma profundidade as variáveis geográfico-eleitorais de forma separada, de forma que hipóteses específicas sobre os diversos tipos sejam contempladas e capazes exemplificar esses conceitos geográfico-eleitorais.

Para começar as análises desse trabalho, lança-se aqui uma hipótese de entrada que é a de que aqueles deputados cujas bases eleitorais sejam marcadas pela dispersão em vários municípios acabariam por encontrar incentivos para usar tecnologias como Facebook com intensidade maior que os concentrados – afinal, estes últimos possuem sua base distribuída em poucos municípios, o que pode viabilizar outras formas de comunicação com o eleitorado. Logo, a seguir será apresentada a tabela que descreve os valores de uso de Facebook de acordo com as categorias dicotômicas de dispersão em meio a todos os deputados estudados, permitindo verificar tal hipótese descritiva.

Tabela 1: Descrição: Dispersão X Facebook

CATEGORIA DE DISPERSÃO	N	Medida de Interesse	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Concentrados	35	Interatividade Total	1001,436	58,000	1838,639	0,000	6302,000
		Perfil FB: Anos	2,343	3,000	1,893	0,000	5,000
		Interatividade Pág.	999,093	55,000	1838,511	0,000	6298,000
Dispersos	42	Interatividade Total	992,917	199,667	1334,480	0,000	3875,500
		Perfil FB: Anos	2,262	3,000	1,901	0,000	5,000
		Interatividade Pág.	990,655	175,667	1393,726	0,000	4888,000

Fonte: Elaboração Própria

A primeira característica a se notar é a relativa proximidade dos números de casos de uma categoria e de outra. Para além disso, é notável que, contrariando a hipótese, as médias dão ligeiro favor aos concentrados, em todos os três quesitos estudados. A média de interatividade geral no Facebook é razoavelmente superior entre os 35 concentrados, que também são pouco mais experientes (em anos) com suas contas do tipo perfil e registram maior interatividade média nas suas páginas.

Contudo, deve-se observar o fato de que as medianas das interatividades total e de página são superiores entre os parlamentares dispersos, o que levanta a ideia de que os casos dispersos podem ser, de forma geral, superiores aos concentrados, ainda mais quando se observa que os desvios-padrões são mais altos entre os últimos, o que revela que a variação entre os casos desse grupo é maior que nos dispersos, o que por fim permite imaginar que na verdade, o cenário pode ser o de alguns poucos deputados com perfil 'outlier' entre os concentrados, enquanto os dados dos mais dispersos revela um conjunto um pouco menos heterogêneo, talvez com maior interatividade no Facebook que o outro grupo.

Quanto à hipótese testada, o mais prudente é dar por entendido que os números relativos às médias não parecem apontar para grandes diferenças entre as duas categorias de dispersão, ainda que a intuição anterior tenha sido contrariada por vantagens de médias do grupo que se esperava valores menores, algo que se ressalta quando se observa os valores máximos de cada conjunto.

Porém, é importante ressaltar que nesses quesitos o grupo dos concentrados é mais heterogêneo, havendo amplitude elevada nas distâncias de números verificados dentro desse mesmo grupo, e como já conjecturado, aparentemente há alguns poucos casos de deputados concentrados que usam bem mais que os demais de seu grupo, fazendo puxar as médias para cima. Portanto, outras investigações e testes sobre os mesmos dados poderiam indicar resultados diferentes, eventualmente satisfazendo a hipótese que aproxima o uso de Facebook das categorias de dispersão geográfico-eleitoral.

A seguir, será continuada a discussão das medidas isoladas de geografia-eleitoral, dessa vez por meio da análise de uma tabela que cruza a dominância com as variáveis ligadas ao Facebook. Pelas descrições de comportamentos parlamentares na literatura da geografia eleitoral, a

hipótese é a de que os incumbentes em suas bases encontrariam menos incentivos para utilizar redes sociais como o Facebook, já que sofrem menos pressão da competitividade nas localidades em que disputam votos; assim, acredita-se portanto que aqueles que compartilham votos encontrem mais necessidade de lançar mão do máximo de recursos de promoção de si e de seus mandatos diante dos cidadãos, sendo portanto mais razoável esperar que eles tenham mais intimidade com o Facebook do que o outro grupo.

A exemplo da tabela com os dados sobre a dispersão, a que vem a seguir apresenta a descrição de duas categorias de dominância, abarcando as descrições estatísticas das medidas de anos de perfil e interatividade de página e total.

Tabela 2: Descrição: Dominância X Facebook

CATEGORIA DE DOMINÂNCIA	N	Medida de Interesse	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Dominantes	35	Interatividade Total	681,321	30,833	1022,499	0,000	4135,000
		Perfil FB: Anos	1,457	0,000	1,704	0,000	5,000
		Interatividade Pág.	679,864	159,000	1065,440	0,000	4135,000
Não-Dominantes (que compartilham votos)	42	Interatividade Total	1259,679	155,833	1843,539	0,000	6302,000
		Perfil FB: Anos	3,000	4,000	1,753	0,000	5,000
		Interatividade Pág.	1256,679	151,833	1843,659	0,000	6298,000

Fonte: Elaboração Própria

Coincidentemente, a distribuição de números de casos nas duas categorias é exatamente a mesma da tabela anterior: 35 e 42, respectivamente para os parlamentares dominantes e os ‘compartilhados’, também chamados não-dominantes e que partilham os votos de sua base geográfica-eleitoral.

Nesse caso, a distância entre os números de um grupo e de outro é mais notável, sendo que as médias de interatividade total e de página, e os anos de perfil, são maiores entre os deputados não-dominantes, confluindo com a hipótese lançada. Na média, os parlamentares que compartilham votos possuem perfis no Facebook a mais do que o dobro de tempo do que os dominantes, além de também terem praticamente o dobro de medida de interatividade total e de página, do que seus pares do tipo concentrado.

Deve-se observar também que provavelmente há muitos casos de deputados que concentram

votos e que sequer possuem perfil nessa rede social, visto que a mediana é igual a zero. Desvios-padrões são superiores no grupo dos não-dominantes, sugerindo que entre os dois, este é o grupo mais heterogêneo, podendo haver grande variação entre os casos desse conjunto; ainda assim, os valores máximos também são superiores entre os compartilhados, reforçando a conclusão de que para a análise dessa tabela, a hipótese parece se confirmar muito bem.

Como dito anteriormente, os deputados dominantes parecem não ter tantos incentivos para se aproveitar de recursos como as diversas redes sociais modernas, se comparados àqueles incumbentes que dividem votos com vários outros na mesma região, que por sua vez se configura como um palco de disputa mais acirrada pelas preferências dos eleitores. Segundo Ames (2003) normalmente esses deputados ou provém de grandes cidades ou então, quando também são mais dispersos eleitoralmente, defendem causas mais específicas de minorias e até mesmo de movimentos sociais, o que configura perfis mais propensos a se conectar, uma vez que os públicos de ambos os casos, pelo menos aparentemente, tenderiam a estar mais habituados com redes sociais no geral, ajudando a entender porque os números apresentados dão força à ideia de que os dominantes são menos interativos no Facebook.

Até aqui, foram trabalhadas as medidas geográfico-eleitorais de concentração e dominância de forma separada, observando-se também os testes com hipóteses específicas para cada uma. Nesse momento, a próxima discussão se dá em torno de uma tabela que associe os quatro tipos de Ames (2003) com a interatividade total no Facebook mais especificamente, dado que o objeto de interesse para esse estudo é essa medida mais precisamente.

Levando-se em conta as análises das tabelas anteriores, é razoável considerar que o caráter de dominante levará um deputado a interagir menos via Facebook do que os não-dominantes, independentemente da categoria de dispersão em que estejam inseridos. Por outro lado, é um pouco arriscado tomar a hipótese de que as categorias dicotômicas de dispersão terão algum peso efetivo nas dinâmicas geográfico-eleitorais e na interatividade no Facebook.

Sendo assim, as hipóteses relacionadas à próxima tabela não derivam das descrições de Ames (2003) e Carvalho (2003), mas são agora baseadas nos achados das duas tabelas anteriores. Sendo assim, considera-se que os tipos concentrado-compartilhado e disperso-compartilhado serão aqueles interativos, sem contudo, haver alguma vantagem significativa para um ou para

outro. Do mesmo modo, espera-se que os concentrado-dominantes e concentrado-compartilhados apresentem menor interatividade total, não sendo esperável qualquer diferença notável entre ambos. A seguir, os dados.

Tabela 3: Tipos Geográficos-Eleitorais X Interatividade no Facebook

CATEGORIAS GEOGRÁFICO-ELEITORAIS	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Concentrado-Dominante	18	1652,472	540,833	2374,361	0,000	7517,817
Concentrado-Compartilhado	17	6304,749	2184,950	10783,092	0,000	43994,181
Disperso-Dominante	17	2460,739	1395,000	4188,802	0,000	17834,300
Disperso-Compartilhado	25	8205,713	2566,750	11962,640	59,000	42259,333

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 3 mostra a distribuição de valores médios de interatividade total no Facebook, de acordo com cada uma das quatro categorias geográfico-eleitorais presentes em Ames (2003) e Carvalho (2003). E, tal como anteriormente lançado na forma de hipótese, os dados apontam que de fato o grupo mais interativo entre os quatro é justamente o disperso-compartilhado, seguido pelos concentrados-compartilhados, os dispersos-dominantes e os concentrados-dominantes nessa ordem, embora deva se notar que quanto maior a média de cada categoria, maior o desvio-padrão encontrado.

Curiosamente, quando cruzada com o fator da dominância, a dispersão parece ganhar força em relação à concentração, e independentemente de ser um deputado dominante ou que compartilhe votos, ser disperso aumentou a interatividade no Facebook – entre os compartilhados, os dispersos sobressaem diante dos concentrados, e o mesmo se verifica entre os classificados como dominantes.

Aparentemente, esse último teste parece descrever um cenário que sugere confirmação da primeira hipótese, o que mostra a força das categorias trabalhadas por Ames (2003) e Carvalho (2003), que foram capazes de capturar dinâmicas peculiares de comportamento parlamentar que funcionam independentemente das variáveis que compõem o modelo quando cruzadas.

Portanto, tomando novamente a descrição que Ames (2003) faz de cada tipo, os mais atraídos pelo Facebook seriam justamente o perfil do parlamentar que concorreu à eleição trazendo principalmente causas não tão atreladas ao local, como é o caso dos evangélicos. Os segundos

mais prováveis de interagirem mais por essa plataforma são aquele que disputaram em mercados eleitorais extremamente competitivos, como grandes cidades, tendo que atingir com mais eficácia um eleitorado distante da sua base principal.

Já aquele que Ames descreve como um veterano de altos cargos da burocracia, como ex-secretários de estado, ficam em terceiro nesse quesito, provavelmente interessados nessa rede social conquanto ela possa ser favorável no trato com suas bases dispersas; e por fim, os concentrados-dominantes, mais visíveis no interior, com o domínio dos votos e associados tradicionalmente ao coronelismo, se apresentam como os prováveis menos interessados.

CONCLUSÃO

Com esse trabalho, fica demonstrado o potencial da geografia eleitoral para ajudar a academia de Ciência Política a compreender o fenômeno da apropriação de redes sociais, como o próprio Facebook, e seus potenciais, em prol da representação.

Contudo, não parece haver muitas perspectivas de como construir índices mais robustos para fazer tais mensurações num futuro mais próximo, mas é possível enxergar algumas pistas de como as características da base eleitoral de um parlamentar podem ser reveladoras de como ele usa os canais digitais para se comunicar com seu público, nos padrões sugeridos de relações entre variáveis e comportamento parlamentar apresentados por esse trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ABRÚCIO, Fernando Luiz. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1 de jan de 1998.

_____. *A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento*. In OLIVEIRA, Romualdo P. SANTANA, Wagner. *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2003

ANASTASIA, Fátima et al. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros In DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.52, no 4, pp.961 a 1001. 2009

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. "Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades", *in versão atualizada* para ser apresentada no evento “Desafios do Poder Legislativo” (2011) realizado pela Câmara dos Deputados. 2010

ARCAS, Bruno. *Irrelevantes? Leis de utilidade pública e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Monografia (bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG; 51 f; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

BRAGA, Sérgio. *O uso da internet nas campanhas eleitorais: balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil*. Revista USP, n. 90, p. 58-73. 2011.

CARDON, Dominique. *A democracia internet - promessas e limites*. Rio de Janeiro: Editora Forense. Cap.2 (p. 31-50). 2012.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan; 2003.

FILGUEIRAS, Fernando. *A difusão da política de acesso à informação e a promoção da accountability*. In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília. Anais do IX Encontro da ABCP, 2014.

FISHKIN, J. s. *Possibilidades Democráticas Virtuais: Perspectivas da Democracia Via internet*, in J. Eisenberg; M. Cepik (orgs). *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. pp. 17-45. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Minas Gerais*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>> (último acesso em 14:39 de 29/09/2015). 2015

_____. *Estimativas de população para 1º de julho de 2014*. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf> (último acesso em 15:52 de 29/09/2015). 2014.

_____. *PNAD 2013 – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Disponível em <http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/2555-pnad-tic-2013> (último acesso em 09:48 de 15/10/2015). 2015.

_____. *PNAD 2013 – Population and Households – Summary of Indicators*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=pnad_2013> (último acesso em 14:45 de 29/09/2015). 2013.

_____. *Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra por áreas de ponderação*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm> (último acesso em 16:34 de 14/08/2016). 2010.

_____. *Estimativas de população para 1º de julho de 2014*. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf> (último acesso em 15:52 de 29/09/2015). 2014.

_____. *PNAD 2013 – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Disponível em <http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/2555-pnad-tic-2013> (último acesso em 09:48 de 15/10/2015). 2015.

_____. *PNAD 2013 – Population and Households – Summary of Indicators..* Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=pnad_2013> (último acesso em 14:45 de 29/09/2015). 2013.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Graal. 1983.

PEREIRA, M. A. *Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital*. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 18.2, p. 10-33, 2011.

_____. *O que a internet tem a ver com as promessas não cumpridas da democracia?* Texto apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Gramado. 2012

PEREIRA, Marcus Abílio; SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. *Os deputados estaduais mineiros e a apropriação da internet*. 2014

PINHO, José Antonio Gomes de. *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2008

SILVA, Silvado Pereira da. *Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado*. In MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson, MARQUES, Francisco. ‘Internet e participação política no Brasil’. Ed. Sulina. 2011.

APÊNDICE

NOME	Data FB (Perfil)	Curtidas da Pág.	Data FB (Pág)	Inter. da Pág.	Interatividade Total do FB	Dispersão	Dominância
Adalclever Lopes	0	0	0	0,000	367,067	36,933	0,088
Adelmo Carneiro Leão	0	5315	2	2657,500	6400,000	14,671	0,053
Alencar da Silveira Jr	4	0	0	0,000	8399,800	19,717	0,122
Almir Paraca	3	553	2	276,500	1510,000	4,376	0,266
Ana Maria Resende	3	0	0	0,000	97,200	14,835	0,192
André Quintão	4	0	0	0,000	4585,333	14,363	0,030
Anselmo José Domingos	5	0	0	0,000	640,250	4,193	0,048
Antônio Carlos Arantes	3	590	3	196,667	3229,000	18,210	0,199
Antônio Genaro	4	0	0	0,000	4,000	5,675	0,027
Antonio Lerin	4	0	0	0,000	155,000	1,509	0,184
Arlen Santiago	3	5231	3	1743,667	2515,983	36,609	0,152
Bonifácio Mourão	3	0	0	0,000	297,000	2,896	0,240
Bosco	4	161	3	53,667	59,000	1,939	0,334
Braulio Braz	0	5291	3	1763,667	2881,333	34,257	0,093
Cabo Júlio	3	105	3	35,000	33067,333	18,992	0,005
Carlos Henrique	0	5349	2	2674,500	2950,000	25,786	0,005
Carlos Mosconi	0	0	0	0,000	120,800	5,471	0,362
Carlos Pimenta	0	8	2	4,000	87,750	20,265	0,179
Celinho do Sinttrocel	3	533	3	177,667	1529,000	4,823	0,165
Célio Moreira	4	0	0	0,000	462,400	7,979	0,090
Dalmo Ribeiro Silva	0	524	2	262,000	1036,000	31,403	0,181
Deiró Marra	3	196	3	65,333	523,667	5,371	0,261
Dilzon Melo	3	5462	3	1820,667	1922,667	28,736	0,151
Dinis Pinheiro	0	10390	3	3463,333	4846,600	13,342	0,220
Doutor Wilson Batista	0	5469	2	2734,500	3078,750	9,570	0,204
Duarte Bechir	5	0	0	0,000	1232,950	8,642	0,273
Duílio de Castro	3	226	2	113,000	558,000	1,841	0,230
Durval Ângelo	2	6503	2	3251,500	18244,750	17,493	0,054
Elismar Prado	2	0	0	0,000	155,733	2,350	0,165
Fabiano Tolentino	0	8270	2	4135,000	5143,300	1,753	0,158
Fábio Cherem	0	0	0	0,000	155,000	3,294	0,299
Fred Costa	5	5843	3	1947,667	7463,300	1,589	0,021
Gilberto Abramo	4	0	0	0,000	185,400	4,693	0,025
Glaycon Franco	2	352	2	176,000	1362,000	1,665	0,235
Gustavo Corrêa	3	4970	3	1656,667	2566,750	49,980	0,118
Gustavo Perrella	5	4411	4	1102,750	1500,333	34,123	0,094
Gustavo Valadares	2	0	0	0,000	516,000	35,892	0,095
Hélio Gomes	4	0	0	0,000	1151,250	12,581	0,053

(Continua...)

NOME	Data FB (Perfil)	Curtidas da Pág.	Data FB (Pág)	Inter. da Pág.	Interatividade Total do FB	Dispersão	Dominância
Hely Tarquínio	0	0	0	0,000	0,000	2,580	0,524
Inácio Franco	0	0	0	0,000	245,750	11,805	0,171
Ivair Nogueira	4	233	3	77,667	881,667	19,871	0,084
Jayro Lessa	4	0	0	0,000	630,500	23,714	0,130
João Leite	4	6298	1	6298,000	9209,800	3,672	0,043
João Vítor Xavier	0	11727	3	3909,000	17748,933	3,244	0,044
José Henrique	0	934	2	467,000	1395,000	38,718	0,191
Juarez Távora	4	149	1	149,000	212,200	18,854	0,083
Juninho Araújo	3	0	0	0,000	59,000	26,382	0,097
Lafayette de Andrada	5	4888	1	4888,000	5676,350	23,130	0,100
Leonardo Moreira	0	0	0	0,000	538,750	44,063	0,143
Leonídio Bouças	5	4748	1	4748,000	5219,350	4,141	0,066
Liza Prado	3	165	3	55,000	1648,083	1,660	0,084
Luiz Henrique	4	0	0	0,000	201,250	41,136	0,097
Luiz Humberto Carneiro	0	6666	4	1666,500	7517,817	2,949	0,176
Luzia Ferreira	4	907	3	302,333	3650,817	2,907	0,026
Maria Tereza Lara	3	263	2	131,500	573,500	4,490	0,053
Mário Henrique Caixa	4	18715	3	6238,333	43994,181	5,649	0,066
Marques Abreu	2	2089	2	1044,500	9103,000	4,870	0,032
Neider Moreira	2	0	0	0,000	6977,500	4,560	0,264
Neilando Pimenta	0	5419	3	1806,333	2413,167	20,882	0,113
Paulo Guedes	0	7751	2	3875,500	17834,300	32,990	0,150
Paulo Lamac	4	66	2	33,000	2184,950	1,716	0,027
Pinduca Ferreira	0	0	0	0,000	0,000	3,815	0,080
Pompílio Canavez	4	465	3	155,000	2018,933	4,925	0,322
Rogério Corrêa	4	1067	4	266,750	42259,333	7,436	0,026
Romel Anízio	0	0	0	0,000	265,000	5,974	0,239
Rômulo Veneroso	0	5486	2	2743,000	3031,667	1,728	0,120
Rômulo Viegas	0	5130	3	1710,000	2178,817	7,250	0,243
Rosângela Reis	0	3903	4	975,750	1396,750	2,815	0,247
Sargento Rodrigues	0	1199	3	399,667	32014,200	17,900	0,011
Sávio Souza Cruz	4	0	0	0,000	21425,300	14,560	0,107
Sebastião Costa	0	0	0	0,000	0,000	23,783	0,150
Tadeu Martins Leite	4	464	3	154,667	1444,667	7,111	0,081
Tenente Lúcio	0	0	0	0,000	540,000	2,137	0,096
Tiago Ulisses	0	0	0	0,000	0,000	34,098	0,179
Ulysses Gomes	4	8340	2	4170,000	14832,833	11,191	0,108
Vanderlei Miranda	5	0	0	0,000	1983,500	3,982	0,021
Zé Maia	4	0	0	0,000	1593,050	11,663	0,349

Fonte: Elaboração própria, com dados do projeto “Interações digitais entre o sistema político e a sociedade civil – Um estudo comparativo entre os parlamentares da Câmara dos Deputados e da ALMG”.